



# JORNAL DO SINDÁGUA-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação  
e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do DF

JORNAL DA CATEGORIA DO SANEAMENTO DO DF

## DATA-BASE 2022



CATEGORIA  
DEMONSTROU  
PREOCUPAÇÃO COM  
O FUTURO DA CAESB  
PÚBLICA E DISPOSIÇÃO  
PARA A LUTA  
PÁG. 2

MUDANÇA DE  
ESTRATÉGIA  
PÁGS. 3 E 4

NEGOCIAÇÕES DA  
DATA-BASE 2022  
PAG. 5

O TAMANHO DO  
DESAFIO DEFINE O  
TAMANHO DA FORÇA  
PARA SUPERÁ-LO  
PÁG. 6

ESVAZIAMENTO E  
DESMONTE EM CURSO:  
A FALTA DE  
TRABALHADORES  
PAGS. 7 E 8



**O NOVO NORMAL EXIGE A  
ANTIGA MOBILIZAÇÃO!**

## CATEGORIA DEMONSTROU PREOCUPAÇÃO COM A CAESB PÚBLICA E, TAMBÉM, DISPOSIÇÃO PARA A LUTA

Depois de mais de dois anos e meio sem a realização de assembleia geral devido à pandemia, a categoria voltou a se reunir no dia 7 de julho, no parque de serviços do SIA, e no dia 28, na Sede, em Águas Claras, para deliberar sobre os rumos da data-base bem como, e principalmente, o futuro da CAESB PÚBLICA.

Mais uma vez, a data-base necessitou da mobilização desta categoria para sua conclusão. Para os que julgaram que essa seria uma data-base “fácil”, por ocorrer em ano eleitoral, a realidade concreta mostrou-se muito mais complexa. A atual conjuntura, bem como os interesses e riscos inerentes a ela, impõe ao conjunto dos caesbianos uma reflexão para além de percentuais inflacionários que, diga-se de passagem, são um monstro devorador dos salários em ação desde 2016, mas se aprofunda na questão do completo desmonte da Companhia em curso e a todo vapor, inclusive com promulgação de decretos do governo em total ataque aos direitos dos caesbianos. E essa situação está clara e óbvia a toda trabalhadora e todo trabalhador, investido ou não em função, comprometido com o saneamento público.

### RELEMBRAR É PRECISO!

Nossa categoria é nacionalmente conhecida pela sua dupla jornada de trabalho: além da tarefa de construir e executar o melhor saneamento público do país, vive em constante sobreaviso, acionado sempre que necessário em governos e gestões que tentam acabar com o resultado de todo esse excelente trabalho. E isso sempre se deu pela luta e mobilização.

Ainda fresca na memória da categoria, a mais recente tentativa de privatização da Caesb, e de outras empresas públicas, ocorreu em agosto de 2019 pelo atual governo, que neste ano tenta a reeleição. Esse período foi marcado pelo desrespeito, pela truculência e por ataques, chegando ao absurdo de trabalhadoras e trabalhadores desse serviço essencial terem que ver e ouvir, em diversas mídias, que prestavam um péssimo serviço à sociedade – e tais declarações vindo de quem prometeu diretamente aos caesbianos que não haveria privatizações.

Mesmo com a tentativa de privatização feita pelo atual governo e com inescrupulosos ataques aos direitos historicamente conquistados em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) feitos pela presidência da Empresa à época, a categoria saiu vitoriosa desse fatídico evento. Isso foi possível por conta da mobilização – a exemplo da audiência pública realizada na Câmara Legislativa, lotada em plena sexta-feira –, e pela estratégia de luta para manutenção e ampliação do nosso ACT junto ao Ministério Público do Trabalho e ao Tribunal Regional do Trabalho 10.<sup>a</sup> Região, entre outras conquistas que se seguiram.



# MUDANÇA DE ESTRATÉGIA



Frustrado na empreitada de entregar o saneamento público ao fiasco que é a iniciativa privada no que diz respeito ao monopólio de serviços essenciais (vide os casos de reestatização do saneamento no Brasil e na Europa), o GDF substituiu pelo DIÁLOGO a estratégia de atacar diretamente a categoria. E aqui cabe uma nota de reconhecimento: em comparação com gestões anteriores, e inclusive, a este governo, o atual presidente da Caesb, bem como sua assessoria, demonstram uma postura mais aberta ao diálogo. Porém, apesar de positiva essa característica, outras tantas perigosas ainda predominam em alguns pontos estratégicos da gestão na Empresa.

## **Enquanto ocorre o DIÁLOGO...**

O que era avaliado como alto índice de satisfação (92% de aprovação em 2020, em plena pandemia, contra 80% em 2021, de acordo com pesquisa da Adasa) está sendo desmantelado pela diretoria de manutenção e operação, acompanhada pela superintendência, com a falta de funcionários no corte, religação e manutenção de redes (entre tantas outras áreas), e a celebração de contratos terceirizados milionários que simplesmente não funcionam (inclusive já foram objeto de denúncias por este Sindicato)!

Serviços como primeira ligação e desmembramento, que não demoravam uma semana para serem executados, estão atrasando até três meses, porque a Empreiteira não tem pessoal nem equipamentos. Essa mesma empreiteira foi alvo de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Estado de Goiás e, recentemente, de calote no FGTS de trabalhadores em contrato com a Caesb.

As estações de tratamento de água, que foram preocupação de segurança nacional no período da Copa do Mundo de 2014, e as de esgoto, que serviram para estudos de mapeamento de incidência da covid-19 no DF, hoje padecem pela falta de operadores, chegando ao ponto de uma das maiores estações de tratamento de água, a ETA Brasília, contar com apenas um operador à noite e ainda sem nenhuma cobertura no intervalo de intrajornada – um risco à saúde pública do DF, no mínimo.

Se em 2019 a categoria provou que presta um ótimo atendimento (também durante o período pandêmico, com mais de 90% de avaliação positiva, ficando atrás apenas do Corpo de Bombeiros), a falta de funcionários e o fechamento dos escritórios promovido pelo novo diretor comercial e seu superintendente está deixando a população insatisfeita com a gigantesca falta de atendimento, inclusive com cenas de revolta de clientes flagradas pelo Sindágua-DF em unidades da Caesb. Serviços que eram realizados em minutos ou horas simplesmente atrasam dias, meses ou não acontecem. E, novamente, a resposta para esse problema é mais terceirização milionária.



Cabe ressaltar que o escritório de Brazlândia foi fechado em caráter permanente por essa mesma diretoria, sob o argumento de que não há trabalhadores para isso e que o retorno financeiro não vale os custos (?), destruindo de vez a lógica do benefício cruzado que é - ou era - a marca da universalização do saneamento. O Sindágua exigiu a reabertura do escritório, demonstrando a importância do saneamento público, porém a diretoria comercial ignorou o pedido. Ao ser questionado quanto à destinação do prédio próprio da Caesb, o diretor afirmou: “Gestão patrimonial não é minha alçada.”

Toda essa política de definhamento da categoria por meio de PDVs e falta de contratação, bem como a curiosa tendência a forçar a terceirização de tudo que já funcionou, e muito bem, com trabalhadoras e trabalhadores concursados, está levando à ineficiência da Empresa, à exaustão e ao adoecimento de mães e pais de família. Um outro reflexo dessa política de desmonte pode ser verificado na queda de mais de 10 pontos da última pesquisa de satisfação junto à população em relação à anterior. Se antes não havia subsídios à descabida afirmação de que prestávamos um péssimo serviço, agora...

Resta claro que a falta de concursados é recorrente na maioria dos problemas e, para isso, ainda temos sim um concurso vigente com aprovados a serem chamados. Mas também é verdade que precisamos emplacar um novo concurso para todos os cargos e não nos termos defendidos pela diretoria jurídica, recém-criada, de que se a Caesb fizer um novo certame, deveria ser apenas para nível superior, claramente colocando todo o ensino médio e técnico em extinção.

## DESTACAMOS QUE...

Fazer a crítica é papel de um sindicato de luta, mas propor soluções também é parte disso. E o Sindágua-DF já propôs à Empresa a contratação do cadastro reserva ainda válido para os cargos existentes (ex.: GSN, GSO etc.), de maneira a amenizar a grave diminuição da força de trabalho de escritórios e estações de tratamento e elaborar, junto ao Sindicato, um novo concurso para todos os cargos e um plano/compromisso de contratações a ser apresentado ao Ministério Público do Trabalho.

Cobramos por diversas vezes a retomada dos trabalhos da comissão do Plano de Cargos que deve discutir, entre outros pontos extremamente importantes, a unificação do ensino médio, pois a solução de diversos problemas da Companhia passa pela contratação de concursados, capacitados para a missão que é o saneamento público.

## EXPEDIENTE

**Diretoria Executiva (Triênio 2022/2025):** Alberto (98294 8038), Deusnere (98570 5552), Esdras (99650 3240), Henrique (98445 1984), Irlan, Itamar (98402-0021), Paulo César (98445-1986), Pedro (Catitu) (98445 1989), Rodrigo (99225 9004). **Diretoria Colegiada:** SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: Adriana Nunes da Silva, Irlan Costa Santos e Pedro Cirqueira Medeiros. SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS: Rodrigo Marques da Rocha, Marcelo de Paula Alvim e Jucélia Gonzaga. SECRETARIA DE RELAÇÕES SINDICAIS: Itamar Nunes Martins, Aginaldo da Silva Lino e Paulo Henrique Muniz dos Santos. SECRETARIA DE POLÍTICA EXTERNA: Paulo César Bessa Cesário, Carlos Horácio Campos de Moraes e Rodrigo Pessoa de Carvalho. SECRETARIA DE IMPRENSA, DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Deusnere Lourenço de Lima, Henrique Mendonça de Faria e Marcus Valério Xavier Reis. SECRETARIA DE PESQUISA, TECNOLOGIA E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS: Esdras Bacelar Moreira Salles, Ercília Ramos Ribeiro Moreno e Igor Pontes Aguiar. SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL E CULTURA: Alberto Jorge da Rocha Silva, Marx Bruno dos Santos e Maria Goreth Gonçalves Nóbrega. SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS: Rodrigo Augusto Vieira de Souza, César Júlio Ferreira e Claudionor Rodrigues de Souza. SECRETARIA DE SAÚDE, HIGIENE, SEGURANÇA DO TRABALHO E APOSENTADOS: Fernanda da Silva Fernandes, Marcelo Germano Alencar e Márcio Montalvão dos Santos. CONSELHO FISCAL – Efetivos: Pedro Gonçalves Cordeiro, Sílvia Gomes Cruvinel e Walter Luiz Vinhal Júnior. Suplentes: Jussara Régia da Penha Silva, Sandro Livino de Siqueira e Wilton Pereira dos Santos. COMISSÃO DE ÉTICA – Efetivos: Maria Grazielle Lobato da Silva, Moisés da Silva Bandeira e Valeriano de Castro Júnior. Suplentes: Aline Neves Kalatalo, José Rodrigo de Lima e Rosemberg Gonçalves Leite Edição: Lécia Viana (RP 2715/DF). Editoração eletrônica e arte-final: Philippe Ribeiro. Tiragem: 2.000 exemplares. SDS – Ed. Venâncio VI – Sobrelojas 13, 14 e 15 - CEP: 70.393.900 - Brasília-DF. Tel.: 3323-8881 www.sindaguadf.org.br e-mail: sindaguadf@gmail.com

## E A DATA-BASE?

Na última data-base, em 2021, esta categoria de luta demonstrou mais uma vez a responsabilidade que tem com o saneamento público: aprovou a primeira contraproposta apresentada pela Empresa e com reajuste zero (primeira vez em que isso ocorreu), na intenção de aguardar uma melhora nas incertezas econômicas e sociais causadas pela crise pandêmica, ou seja, foi um legítimo voto de confiança. E este ano a melhora veio. Por outro lado, é correto afirmar também que o contexto pandêmico foi aproveitado por neoliberais de plantão para passar a tal da “boiada”, a exemplo da privatizada CEB e, mais recentemente, da Eletrobrás.

Neste sentido, a categoria decidiu em assembleias regionais cobrar da Empresa, além dos acúmulos inflacionários, a renovação do ACT, o que não foi materializado pela Caesb em nenhuma contraproposta, depois de mais de cinco meses de negociação. E por mais que a atual gestão da Companhia afirme aos quatro ventos que não há nenhuma intenção de privatização por parte do atual governo, é impossível ignorar os fatos, e esses são e serão avaliados pelas lentes do que foi 2019. Assim, a pergunta óbvia é:

**“SE NÃO HÁ INTENÇÃO DE PRIVATIZAR, POR QUE NÃO RENOVAR?”**

## PRIMEIRA CONTRAPROPOSTA: REJEITADA

Apesar da aparência de “bom caminho” da primeira contraproposta - e até da boa intenção da comissão de negociação neste sentido -, depois de análise mais aprofundada do documento na assembleia realizada no dia 7 de julho, no SIA, e todos os fatos relatados, entre outros do cotidiano de cada trabalhadora e trabalhador, a categoria decidiu não acatá-la pelos seguintes motivos:

1 - o índice de reposição proposto (2%) não correspondeu nem a 1/7 da inflação dos últimos 12 meses, muito menos ao acumulado dos últimos seis anos, o que por si só não era o maior problema;

2 - este se encontrava no segundo item da contraproposta, que mantinha as negociações em aberto, entretanto limitava dois pontos principais:

- as discussões seriam apenas sobre índices inflacionários, deixando de fora a renovação do ACT;
- o índice a ser debatido não compreendia o acumulado desde 2016.

Lembram-se do “legítimo voto de confiança”? Cadê o reconhecimento? É válido destacar ainda que, nas reuniões ocorridas na Caesb, o presidente por vezes “acolheu” a proposta de prorrogação do ACT, contudo o GDF não aceitou a prorrogação do ACT histórico da Caesb até hoje.



## SEGUNDA CONTRAPROPOSTA: APROVADA



A Empresa sempre argumentou a impossibilidade de discutir renovação de ACT porque a data-base estaria restrita a índices de reposição, conforme o ART. 1.º do ACT 2021/2023, ainda que “acolhesse” tal pleito em algumas ocasiões.

Com a aprovação e assinatura do primeiro Termo Aditivo ao atual Acordo Coletivo – assegurando 3% de recomposição salarial a partir de 1.º de agosto, mais 3% em 1.º de novembro –, o argumento da impossibilidade de discutir renovação de ACT perde qualquer base legal, pois “ficam mantidas as negociações, por meio da Comissão de Negociação, buscando composição nas cláusulas do ACT vigente, em especial ajustes de cláusulas e prorrogação/renovação do ACT”.

É necessário entendermos que a data-base não acabou; muito ao contrário, iniciou-se um novo ciclo de lutas pela manutenção da nossa categoria e dos nossos direitos. Amargamos com o acúmulo inflacionário desde 2016; não conquistamos, ainda, a renovação do nosso ACT e temos a tarefa e emplacar novas contratações e um novo concurso público para fortalecer o saneamento público.

## O TAMANHO DO DESAFIO DEFINE O TAMANHO DA FORÇA PARA SUPERÁ-LO



São notórios os efeitos que os períodos de isolamento e restrições causaram no conjunto da classe trabalhadora no que diz respeito também à mobilização e à luta por direitos. Ainda assim, considerando-se o contexto, esta data-base contou com uma participação maior que a esperada em assembleias, o que mostra que a categoria está atenta à necessidade de reorganização da luta frente aos grandes desafios impostos pela ordem vigente. Essas assembleias, caras e caros leitores, foram também um ato histórico de sobrevivência e resistência.

Mas não paremos por aqui, pois nosso papel é cobrar e lutar. Se não há a intenção de privatizar, que se recomponha o quadro funcional da Empresa, que se faça um novo concurso e se respeite o TAC assinado em 2004, e que se renove o Acordo Coletivo, até porque temos comissões importantes como a do PCCS e do PROGRAMA DE SAÚDE paradas. Manter as negociações não significa renovação de ACT, pois isso dependerá de nossa luta, como sempre foi.

Por fim, um novo ciclo se abre com mobilizações, campanhas e atos. E para enfrentar esse desafio, precisamos unir forças em um só propósito. Devemos debater as estratégias, porém temos que ser coesos quanto ao objetivo. Firmes até a vitória, mais uma vez!

# ESVAZIAMENTO E DESMONTE EM CURSO: A FALTA DE TRABALHADORES

## Caesb assedia trabalhadores para pedirem transferência

O projeto de desmonte da Companhia continua avançando. O Sindágua-DF tem recebido informações de que trabalhadoras e trabalhadores das áreas de manutenção, operação e atendimento ao público estão sendo pressionados a pedir transferência para outras áreas, abrindo caminho assim para a completa terceirização de setores estratégicos da Empresa. Sabe-se que a Caesb está construindo um termo de referência para terceirizar essas áreas, o que não é só preocupante, mas alarmante!

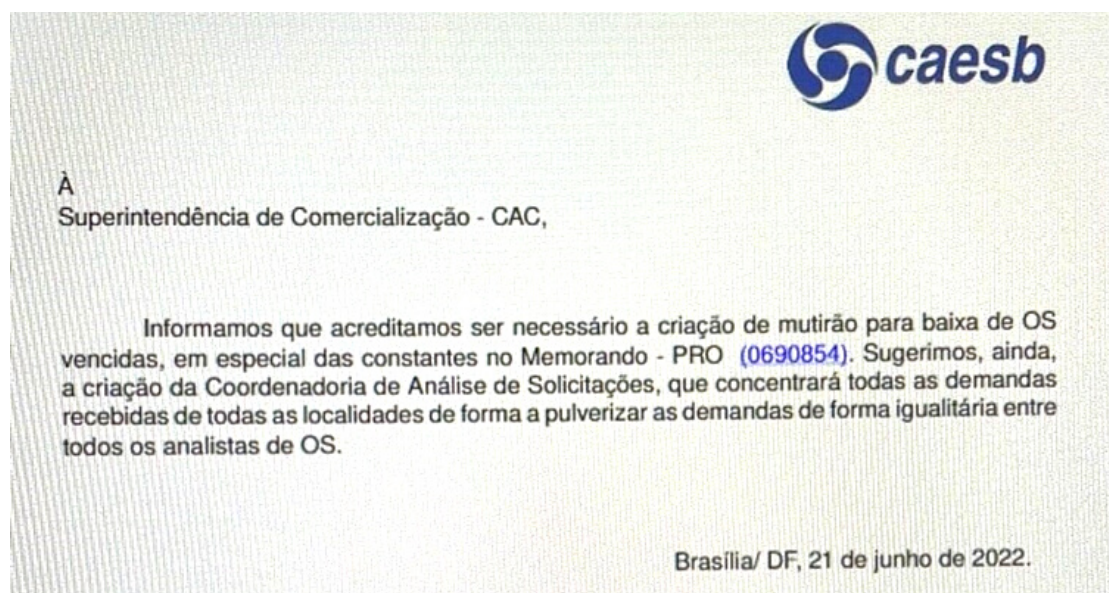
Esse assunto foi tratado na última assembleia geral da data-base, oportunidade em que o Sindágua-DF orientou as trabalhadoras e os trabalhadores a procurarem imediatamente o Sindicato caso se sintam pressionados a solicitar transferência.

Posteriormente, no dia 1.º de agosto, a diretoria do Sindicato esteve reunida com o presidente da Companhia e sua assessoria para tratar das transferências arbitrárias de trabalhadores, inclusive sobre os vistoriantes da área comercial.

É de conhecimento geral que em diversas áreas da Empresa estão ocorrendo transferências e readaptações em desacordo com as normas, sob a justificativa de falta de pessoal ocasionada pelos consecutivos PDVs, principalmente em razão da falta de concurso público há mais de 10 anos.

O Sindágua-DF argumentou com o presidente da Caesb que a solução para a falta de pessoal não são as transferências, mas a convocação de novos concursados. Retirar funcionários capacitados de setores-chaves da Companhia criará problemas futuros à área que perdeu ótimos trabalhadores e trabalhadoras.

Tais fatos já geraram um gargalo gigantesco nas áreas meio e fim da Caesb, sendo muitas delas fechadas devido à falta de trabalhadores (vide o escritório de Brazlândia) para realizar o atendimento adequado à população. O assédio aos trabalhadores é tão grande que gestores sem competência têm orientado as transferências, sem respeitar as normas e os regulamentos da Empresa; e mais: não há trabalhadores para realizar a baixa de OS. (Veja documento abaixo.)



## SITUAÇÃO NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO ESTÁ PRECÁRIA

Outra área vital para a qualidade do serviço de saneamento – as estações de tratamento de água e esgoto – sofre com o esvaziamento de trabalhadores. Estações onde havia até cinco trabalhadores operam hoje somente com um, inclusive com o trabalhador sendo impedido de cumprir o horário de descanso garantido em lei. Como exemplo, temos gestores impedindo os trabalhadores de fazerem a intrajornada, para que seja paga hora extra, não sendo registrado no ponto. Outros estão impondo o absurdo de os trabalhadores não poderem tirar o intervalo necessário para se alimentarem (almoço ou jantar).

Conseqüentemente, já podemos verificar na Companhia a queda nos índices de satisfação dos clientes, locais com mais de 3 mil ordens de serviços acumuladas e risco à saúde pública devido à exaustão nas áreas operacionais.

Vale ressaltar que o superintendente comercial afirmou em mesa que precisa de, no mínimo, 34 contratações para viabilizar o atendimento ao público nos escritórios e a cobrança dos valores que a Caesb tem a receber. O Sindicato propôs que a Empresa contratasse GSN e GSO, e o presidente assumiu o compromisso de viabilizar as convocações em cadastro de reserva. O Sindágua-DF também cobrou a retomada dos trabalhos da comissão do Plano de Cargos que tem, dentre outros importantes pontos, o debate sobre a unificação do ensino médio.

Depois de discutidos esses apontamentos, o presidente da Empresa comprometeu-se a convocar uma reunião com os trabalhadores a fim de solucionar o impasse das transferências. Diante da real situação da empresa pública, as soluções apontadas acima não resolvem todo o problema, por isso o Sindicato cobrou a realização de um novo concurso, uma vez que existem cargos sem cadastro de reserva no certame ainda válido.

Portanto, o Sindágua-DF reitera a orientação a todas as trabalhadoras e os trabalhadores para que, em caso de transferência, procurem imediatamente o Sindicato e encaminhem a documentação referente à medida para avaliação do jurídico antes de assiná-la, como forma de garantir os seus direitos. Lembramos ainda que, conforme deliberado em assembleia, vamos lutar pela manutenção dos nossos postos de trabalho, resistir à terceirização e ao desmonte das áreas.

**CONCURSO PÚBLICO JÁ!**

## REGRAS GERAIS DOS ACORDOS COLETIVOS (DECRETO N.º 43.557/2022)

### CATEGORIAS DERRUBARAM DECRETOS QUE LIMITAVAM DIREITOS

Tão logo tomaram conhecimento da publicação do Decreto n.º 43.557/2022 (Regras Gerais dos Acordos Coletivos) pelo Governo do Distrito Federal, em julho último, diversos trabalhadores e trabalhadoras do saneamento, assim como sindicatos de outras categorias, debateram as imposições promulgadas pela medida, inclusive quanto à sua ilegalidade por extrapolação de alçada.

Diante de tais fatos e, por que não citar a futura eleição, o governo revogou o decreto que limava diversos direitos de várias categorias, por meio do Decreto n.º 43.611/2022.

Também cabe destacar a revogação do Decreto n.º 43.532/2022, por meio do Decreto n.º 43.612/2022, que restringia o alcance e a forma de pagamento da PPR/PLR aos empregados públicos.

Tais conquistas somente ocorreram pela união e mobilização das categorias do DF, que devem seguir firmes na luta pela manutenção dos direitos coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais do Distrito Federal.